

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proposição:

PROJETO DE LEI Nº 057/2025

Lei n°
057/2025

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE A PERCEPÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DISTRIBUIÇÃO

[illegible]



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

Ofício nº 344/GABINETE/2025

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora
RONILVANE ALVES SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO
Nesta

Assunto: Encaminhar a Mensagem Nº 057 que trata do Projeto de Lei de honorários advocatícios de sucumbência.

Senhora Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso **Projeto de Lei nº 057/2025**, que **dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Itapuã do Oeste e dá outras providências**.

Junto ao Projeto de Lei, segue a Mensagem de respectiva **exposição de motivos**, a fim de subsidiar a análise dessa Casa Legislativa.

Na certeza de podermos contar com a costumeira atenção e aprovação dos Senhores Vereadores, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Ayrton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 25/09/2025 às 14:59, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **441350** e o código verificador **2D07414C**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	***.263.532-**	25/09/2025 13:31
2	RONILVANE ALVES SANTOS	***.351.732-**	26/09/2025 10:08

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Mensagem 057	25/09/2025	<u>441405</u>
2	Projeto de Lei 057	25/09/2025	<u>441411</u>

Docto ID: 441350 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

MENSAGEM Nº 057/2025

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores;

Encaminho à apreciação desta Colenda Câmara Municipal o incluso **Projeto de Lei nº 057/2025**, que dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Itapuã do Oeste/RO.

Os honorários de sucumbência possuem natureza **remuneratória e alimentar**, não se confundindo com verba indenizatória, conforme reconhecido pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal. Tais valores representam legítima retribuição pelo trabalho técnico prestado pelos advogados públicos, em conformidade com o disposto no **art. 85, §19, da Lei Federal nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil)** e na **Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB)** e decisões do Supremo Tribunal Federal.

A medida visa conferir valorização e incentivo ao trabalho desenvolvido pelos membros da Procuradoria-Geral do Município, que atuam na defesa judicial e extrajudicial do interesse público municipal, assegurando maior eficiência na recuperação de créditos, na defesa contra demandas indevidas e na promoção da legalidade administrativa, alinhando a legislação municipal aos parâmetros já reconhecidos em âmbito nacional, que confirmaram a legitimidade da percepção desses honorários pelos advogados públicos.

O Projeto de Lei estabelece critérios objetivos para a gestão dos valores, determinando que os honorários sejam recolhidos em conta bancária específica, sujeitos às retenções legais e distribuídos em partes iguais entre os membros da PGM em efetivo exercício, garantindo isonomia, impessoalidade e transparência.

Diante do exposto, submeto a presente proposição à elevada consideração desta Casa Legislativa, confiante de que a mesma receberá a acolhida necessária para sua aprovação, por representar um importante avanço institucional para o fortalecimento da advocacia pública municipal e, por consequência, para a defesa do interesse público de nossa comunidade.

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2025.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Ayrton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 25/09/2025 às 14:59, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **441405** e o código verificador **B2EB2807**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	***.263.532-**	25/09/2025 13:31
2	RONILVANE ALVES SANTOS	***.351.732-**	26/09/2025 10:09

Documentos Relacionados

Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 344	25/09/2025	<u>441350</u>

Docto ID: 441405 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

PROJETO DE LEI Nº 057/2025

"DISPÕE SOBRE A PERCEPÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Itapuã do Oeste/RO, as regras para percepção e distribuição dos honorários advocatícios de sucumbência percebidos em favor da Fazenda Pública Municipal, em decorrência da atuação judicial ou extrajudicial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Os honorários advocatícios de sucumbência constituem verba de caráter **remuneratório**, de natureza jurídica **alimentar** e não indenizatória, pertencentes aos membros da Procuradoria Geral do Município PGM, na forma desta Lei, **observadas as disposições do art. 85, §19, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que reconhece a legitimidade de sua percepção pelos advogados públicos.**

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se membros da Procuradoria Geral do Município o Procurador Geral e os Procuradores Assistentes devidamente nomeados.

Art. 3º A percepção dos honorários de sucumbência observará os seguintes parâmetros:

§ 1º O valor percebido, somado à remuneração do membro da **PGM**, **não poderá resultar em montante superior ao subsídio mensal do Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste.**

§ 2º O pagamento estará sujeito às retenções de Imposto de Renda e previdenciárias devidas, informado no e-Social.

§ 3º os valores deverão ser recolhidos em conta bancária específica vinculada exclusivamente para essa finalidade, na fazenda publica municipal com controle e transparência.

§ 4º Havendo saldo em conta vinculada ao final de cada mês, em decorrência do limite observado pelo § 1º, os valores permanecerão depositados, a fim de integrarem a distribuição para mês seguinte.

Art. 4º Os honorários advocatícios de sucumbência serão distribuídos em partes iguais entre todos os membros da Procuradoria Geral do Município em efetivo exercício.

§ 1º O membro da PGM que se encontre afastado, licenciado ou legalmente impedido não participará do rateio durante o período correspondente.

§ 2º O rateio observará sempre a proporcionalidade de membros em exercício, devendo ser automaticamente ajustado conforme alterações na composição da PGM.

§ 3º Somente terão direito ao rateio os Procuradores que estiverem em efetivo exercício na data do recebimento dos valores.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, Controladoria Geral do Município e o Gabinete do Prefeito, a gestão dos valores recebidos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvido previamente o Procurador-Geral e a Controladoria Geral do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapuã do Oeste/RO, 25 de setembro de 2025.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Rua Ailton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **IDIZNEI CASTRO MARTINS, CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, em 25/09/2025 às 14:59, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 2.043 de 13/01/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **441411** e o código verificador **15BA6858**.

		Cientes	
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	***.263.532-**	25/09/2025 13:30
2	RONILVANE ALVES SANTOS	***.351.732-**	26/09/2025 10:09

		Documentos Relacionados	
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ofício 344	25/09/2025	<u>441350</u>

Docto ID: 441411 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

OBJETO: Análise de Legalidade e Constitucionalidade do Projeto de Lei Nº 057/2025, que "Dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município".

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 57/2025

Interessado: Câmara Municipal de Itapuã do Oeste - RO

EMENTA

Análise da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 57/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal de Itapuã do Oeste/RO, que dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste/RO, por meio do Ofício nº 67/2025 – DL, para que esta Assessoria Jurídica elabore parecer jurídico acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 57/2025, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal.

O Projeto de Lei nº 57/2025 "DISPÕE SOBRE A PERCEPÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Conforme a Mensagem nº 057/2025, que acompanha o Projeto de Lei, a proposição visa regulamentar a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência, reconhecendo sua natureza remuneratória e alimentar, em conformidade com o art. 85, §19, da Lei Federal nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e a Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O PL estabelece critérios para a gestão dos valores, determinando o recolhimento em conta bancária específica, sujeitos às retenções legais e distribuídos em partes iguais entre os membros da PGM em efetivo exercício. Prevê, ainda, que o valor percebido, somado à remuneração do membro da PGM, não poderá resultar em montante superior ao subsídio mensal do Prefeito Municipal, conforme § 1º do Art. 3º.

É o breve relatório.





II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Da Natureza Jurídica dos Honorários de Sucumbência e a Advocacia Pública

A questão da percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos tem sido objeto de intenso debate e pacificação jurisprudencial. O Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015), em seu artigo 85, §19, é claro ao dispor que "Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei."

Adicionalmente, o Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), em seu artigo 23, estabelece que "Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor."

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem reiteradamente reconhecido a constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos, desde que observados os limites remuneratórios estabelecidos pela Constituição Federal. O STF, no julgamento da ADI 6.053, por exemplo, firmou entendimento de que a verba honorária sucumbencial possui natureza remuneratória e não se confunde com verba indenizatória, sendo devida aos advogados públicos, desde que respeitado o teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da CF/88.

2.2. Da Competência Legislativa Municipal

A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A organização da Procuradoria Geral do Município e a regulamentação da percepção de honorários de sucumbência por seus membros inserem-se na autonomia administrativa e legislativa municipal, desde que em consonância com as normas gerais estabelecidas pela União e pelos princípios constitucionais.

O Projeto de Lei nº 57/2025 busca regulamentar matéria de interesse local, qual seja, a valorização e o incentivo ao trabalho dos procuradores municipais, alinhando-se à legislação federal e à jurisprudência dos tribunais superiores.

2.3. Da Observância do Teto Remuneratório

Um ponto crucial para a constitucionalidade da matéria é a observância do teto remuneratório. O artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal estabelece que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se aos Municípios o subsídio do Prefeito.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

O Projeto de Lei nº 57/2025, em seu Art. 3º, § 1º, expressamente prevê que "O valor percebido, somado à remuneração do membro da PGM, não poderá resultar em montante superior ao subsídio mensal do Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste." Tal dispositivo garante a conformidade da proposição com o teto remuneratório constitucional, afastando eventual alegação de inconstitucionalidade por esse motivo.

2.4. Da Transparência e Controle

O Projeto de Lei também aborda a questão da transparência e controle dos valores, ao determinar que os honorários sejam recolhidos em conta bancária específica, sujeitos às retenções legais e distribuídos em partes iguais entre os membros da PGM em efetivo exercício. O Art. 5º ainda atribui à Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, Controladoria Geral do Município e o Gabinete do Prefeito, a gestão dos valores recebidos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Essas previsões são importantes para assegurar a boa gestão dos recursos e a conformidade com os princípios da administração pública, fortalecendo a legalidade do processo.

III – ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Diante da análise da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada, a orientação jurídica é no sentido de que o Projeto de Lei nº 57/2025 apresenta conformidade com os preceitos legais e constitucionais vigentes.

A percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos é matéria já pacificada pelos tribunais superiores, sendo reconhecida sua natureza remuneratória e alimentar, desde que observados os limites remuneratórios constitucionais. O Projeto de Lei em questão incorpora essa salvaguarda ao prever expressamente a observância do subsídio do Prefeito Municipal como teto.

Ademais, a proposição estabelece mecanismos de transparência e controle na gestão e distribuição dos valores, o que reforça sua legalidade e adequação aos princípios da administração pública.

IV – CONCLUSÃO

Em face do exposto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 57/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal de Itapuã do Oeste/RO, que dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

Recomenda-se a sua aprovação, por estar em consonância com a legislação federal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os princípios da administração pública.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itapuã do Oeste/RO, 08 de outubro de 2025.

BORIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA

Advogado OAB/RO nº 2983. Resp.L: SPM Sociedade de Advogados Assessoria e
Consultoria Jurídica – Contrato 001/2025

Avenida Pres. Médici esq.c/Rua Reginaldo F. Borges, nº. 1280 - Centro
CEP 76.861-000 – Itapuã do Oeste – (RO)

Fone: (069) 3231- 2283

e-mail: gabpres_camaraitapuadooeste@outlook.com

site: www.itapuadooeste.ro.leg.br/







Município de Itapuã do Oeste

63.761.936/0001-55
Rua Ayrton Senna
www.itapuadooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Parecer	PARECER JURÍDICO	08/10/2025

ID:	445517	Processo	Documento
CRC:	070FE7FC		
Processo:	25-152/2025		
Usuário:	Boris Alexander Gonçalves de Souza		
Criação:	08/10/2025 09:32:05	Finalização:	08/10/2025 09:33:57

MD5:	C466857CA70781783F111C334BB73A07
SHA256:	C56D128740549F4CF7E923A1380241C2251BE21606C45721C849C89AE8C41C7D

Súmula/Objeto:

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 057/2025


INTERESSADOS

SUELEN BARBOSA DE ARAÚJO	08/10/2025 09:32:05
--------------------------	---------------------

ASSUNTOS

PARECER JURIDICO	08/10/2025 09:32:05
------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA	Boris Alexander Gonçalves de Souza	ASSESSOR JURIDICO	08/10/2025 09:34:05
--	------------------------------------	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 2.043/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br informando o ID 445517 e o CRC 070FE7FC.



PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E SAÚDE (CECDS).

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Projeto de Lei nº 057/2025

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: Dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Itapuã do Oeste e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 057/2025, de iniciativa do Poder Executivo, dispõe sobre a regulamentação da percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Itapuã do Oeste.

A proposição foi encaminhada a esta Casa Legislativa para análise das Comissões Permanentes competentes, visando verificar sua constitucionalidade, legalidade, adequação orçamentária e interesse público.

II – ANÁLISE

a) Comissão de Constituição e Justiça – CCJ

Após análise, a CCJ entende que o Projeto se encontra dentro da competência legislativa municipal prevista no art. 30, I da Constituição Federal. A proposição não apresenta vícios formais ou materiais, observando o ordenamento jurídico e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre a legitimidade da percepção de honorários de sucumbência por advogados públicos.

b) Comissão de Orçamento e Finanças – COF

A COF verificou que não há impacto orçamentário negativo, uma vez que os honorários não provêm do Tesouro Municipal, mas da verba sucumbencial paga pela parte vencida nos processos. Ressalta-se ainda a observância do teto constitucional, previsto no art. 3º, §1º do Projeto, que limita o valor ao subsídio do Prefeito Municipal.



c) Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Saúde.

A Comissão manifesta-se pela viabilidade do Projeto, uma vez que não há afronta às políticas de educação, cultura e esporte, tampouco prejuízos aos recursos destinados a essas áreas. Pelo contrário, a medida contribui para a valorização dos procuradores municipais, fortalecendo a defesa judicial e extrajudicial do Município, o que indiretamente garante maior segurança administrativa para todas as áreas da gestão pública.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, as Comissões Permanentes opinam favoravelmente pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 057/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, por sua legalidade, constitucionalidade, adequação orçamentária e interesse público.


Sala das Comissões, 08/10/2025


JAIRO GOMES
PRESIDENTE DA CCJR


MINEIA VILLA
RELATORA CCJR e
PRESIDENTE COF

FABIO JUNIOR FERREIRA DA SILVA
MEMBRO CCJR e
Relator CECDS


ANGELA CABRAL DE PAULA
RELATORA DA COF e
PRESIDENTE CECDS


AILTON JOSÉ DA SILVA
MEMBRO DA CCJR e
MEMBRO DA COF



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA

AUTÓGRAFO Nº 065/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 057/2025

Dispõe sobre a percepção, distribuição e destinação dos honorários advocatícios de sucumbência no âmbito da Procuradoria-Geral do Município de Itapuã do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Município de Itapuã do Oeste/RO, as regras para percepção e distribuição dos honorários advocatícios de sucumbência percebidos em favor da Fazenda Pública Municipal, em decorrência da atuação judicial ou extrajudicial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Os honorários advocatícios de sucumbência constituem verba de caráter remuneratório, de natureza jurídica alimentar e não indenizatória, pertencentes aos membros da Procuradoria-Geral do Município – PGM, na forma desta Lei, observadas as disposições do art. 85, §19, da Lei Federal nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), da Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que reconhece a legitimidade de sua percepção pelos advogados públicos. Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se membros da Procuradoria-Geral do Município o Procurador-Geral e os Procuradores Assistentes devidamente nomeados.

Art. 3º A percepção dos honorários de sucumbência observará os seguintes parâmetros:

§ 1º O valor percebido, somado à remuneração do membro da PGM, não poderá resultar em montante superior ao subsídio mensal do Prefeito Municipal.

§ 2º O pagamento estará sujeito às retenções de Imposto de Renda e previdenciárias devidas, informadas no e-Social.

§ 3º Os valores deverão ser recolhidos em conta bancária específica vinculada exclusivamente para essa finalidade, com controle e transparência pela Fazenda Pública Municipal.

§ 4º Havendo saldo em conta vinculada ao final de cada mês, em decorrência do limite observado pelo § 1º, os valores permanecerão depositados, a fim de integrarem a distribuição para o mês seguinte.





ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
GABINETE DA PRESIDENCIA

Art. 4º Os honorários advocatícios de sucumbência serão distribuídos em partes iguais entre todos os membros da Procuradoria-Geral do Município em efetivo exercício.

§ 1º O membro da PGM que se encontre afastado, licenciado ou legalmente impedido não participará do rateio durante o período correspondente.

§ 2º O rateio observará sempre a proporcionalidade de membros em exercício, devendo ser automaticamente ajustado conforme alterações na composição da PGM.

§ 3º Somente terão direito ao rateio os Procuradores que estiverem em efetivo exercício na data do recebimento dos valores.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal da Fazenda, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Município, Controladoria-Geral do Município e o Gabinete do Prefeito, a gestão dos valores recebidos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvido previamente o Procurador-Geral e a Controladoria-Geral do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapuã do Oeste – RO, 10 de outubro de 2025.

VÂNIA ALVES SANTOS
Presidente da Câmara Municipal





Município de Itapua do Oeste

63.761.936/0001-55
Rua Ayrton Senna
www.itapuadooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
AUTOGRAFO	065	10/10/2025	
ID: 446388		Processo	
CRC: BE3A202B		Documento	
Processo: 0-0/0			
Usuário: RONILVANE ALVES SANTOS			
Criação: 10/10/2025 07:45:35	Finalização: 10/10/2025 07:49:27		
MD5: 9D81E0A09E2AE5AB1F106FC065D3ADEC			
SHA256: 41858399A76837625225A4ADEC9EAB5FBF2A09837A0B614D2003A7174022C6			
Súmula/Objeto:			
AUTOGRAFO 65 PROJ 57			

INTERESSADOS

RONILVANE ALVES SANTOS	10/10/2025 07:47:26
------------------------	---------------------

ASSUNTOS

AUTOGRAFO	10/10/2025 07:48:46
-----------	---------------------

CIENTES

JULIANO FRANCA MOURA JUNIOR	13/10/2025 09:51:03
-----------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	RONILVANE ALVES SANTOS	VEREADOR-PRESIDENTE	10/10/2025 07:49:38
--	------------------------	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 2.043/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.itapuadooeste.ro.gov.br informando o ID 446388 e o CRC BE3A202B.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÉDULA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº057/2025 "DISPÕE SOBRE A PERCEPÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEITURA ()

VOTAÇÃO ()

VEREADORES (AS)	A favor	Contra	Abst.	Ausente
AILTON JOSÉ DA SILVA	X			
ÂNGELA MARIA CABRAL DE PAULA VICE-PRESIDENTE	X			
FÁBIO JUNIOR DA SILVA FERREIRA 2º SECRETÁRIO				X
JAIRO GOMES	X			
KENIA SILVA CARVALHO	X			
MINÉIA DA SILVA PEREIRA VILA 1ª SECRETÁRIA	X			
ROBSON JOSÉ MELO DE OLIVEIRA	X			
SÉRGIO TWARDOWSKI FILHO	X			
VÂNIA ALVES SANTOS PRESIDENTE				

SIM	07
NÃO	—
Abstenções	—
Ausente	01

Aprovado	X
Rejeitado	

Itapuã do Oeste – RO, 09 de Outubro de 2025.

Vânia Alves Santos
VANIA ALVES SANTOS
Vereadora Presidente

Ângela Maria Cabral de Paula
ÂNGELA MARIA CABRAL DE PAULA
Vereadora Vice-Presidente

Minéia da Silva Pereira Vila
MINÉIA DA SILVA PEREIRA VILA
1ª secretária

Fábio Junior da Silva Ferreira
FÁBIO JUNIOR DA SILVA FERREIRA
2º secretário